

Nota em protesto contra a aprovação do Plano de Emergência para a perfuração na Foz do Amazonas

A ASCEMA Nacional (Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente) vem a público manifestar seu profundo protesto e indignação diante da recente decisão da Presidência do IBAMA que, contrariando parecer técnico conclusivo de sua própria equipe especializada, aprovou o conceito do Plano de Proteção à Fauna (PPAF) apresentado pela Petrobras no âmbito do licenciamento ambiental da atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas – área integrante da chamada Margem Equatorial.

A decisão, formalizada no Despacho Decisório nº 33/2025/GABIN, foi tomada mesmo após os pareceres técnicos do IBAMA apontarem, de forma inequívoca, que o PPAF submetido não apresenta condições mínimas para garantir a proteção da biodiversidade em caso de vazamento de óleo. De acordo com o Parecer Técnico nº 39/2025-Coexp/CGMac/Dilic, que a apresenta a análise mais recente da equipe técnica no contexto do recurso da empresa ao indeferimento da licença ambiental, “não foram apresentadas soluções compatíveis para as problemáticas evidenciadas”, concluindo que, diante da ausência de técnicas viáveis de resgate e da elevada sensibilidade socioambiental da região, um eventual acidente pode acarretar “a perda maciça de biodiversidade”.

A equipe técnica alertou ainda para a impossibilidade de resgate de inúmeras espécies da megafauna, incluindo aquelas ameaçadas de extinção, considerando as severas limitações ambientais e logísticas da região. Além disso, permanece a constatação de impactos não avaliados — como os decorrentes dos sobrevoos de aeronaves sobre terras indígenas — sem que tenham sido apresentadas medidas mitigadoras fundamentadas, em desacordo com a Resolução CONAMA nº 1/1986.

Em Manifestação Técnica (nº02/2025), a Coordenação-Geral e a Diretoria de Licenciamento Ambiental divergem da equipe técnica e sugerem a aprovação conceitual do plano de fauna rejeitado pelos analistas ambientais, fornecendo um verniz técnico à decisão política da presidência. Repudiamos tal modo de operação, lembrando que expedientes similares foram empregados no passado para emissão de licenças ambientais controversas e que se revelaram catastróficas quando da implementação dos empreendimentos.

Lamentamos que a decisão da presidência do órgão se baseie em elementos que desconsideram o rigor técnico e metodológico dos pareceres emitidos pelas áreas especializadas do próprio Instituto. A substituição do conhecimento técnico por decisões de

cunho político ou administrativo fragiliza a credibilidade institucional do IBAMA e representa grave retrocesso na proteção socioambiental do país.

A ASCEMA Nacional reforça seu posicionamento em defesa do papel técnico do corpo de analistas ambientais do IBAMA, cuja atuação é respaldada por critérios científicos, normativos e legais. A decisão ora criticada não apenas contradiz as evidências técnicas consolidadas, como também compromete o princípio da precaução e coloca em risco um dos ecossistemas marinhos mais sensíveis e biodiversos do planeta.

Por fim, reiteramos a urgência de garantir que decisões em processos de licenciamento ambiental estejam fundamentadas na ciência, na técnica e na legalidade, e não em pressões externas ou conjunturais. Em respeito ao meio ambiente, às comunidades tradicionais, à sociedade brasileira e ao futuro das próximas gerações, exigimos a imediata revisão dessa decisão e o pleno restabelecimento do protagonismo técnico nas instâncias deliberativas do IBAMA.

Brasília, 20/05/2025

ASCEMA Nacional